

**MESTRADO EM**  
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O PAPEL DAS ONGD NA PROMOÇÃO DA COERÊNCIA  
DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO:  
O CASO FEC

SUSANA MARIA ANTUNES RODRIGUES

OUTUBRO - 2022

**MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O PAPEL DAS ONGD NA PROMOÇÃO DA COERÊNCIA  
DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO:  
O CASO FEC

SUSANA MARIA ANTUNES RODRIGUES

**ORIENTAÇÃO:**

PROFESSOR DOUTOR LUÍS MAH  
ANA PATRÍCIA FONSECA

OUTUBRO - 2022

## **Agradecimentos**

A vida académica e profissional é um caminho preenchido por inúmeros desafios, alegrias, tristezas, incertezas e muitos percalços. Trilhar este caminho só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas, a quem dedico especialmente este trabalho.

À minha família, presente ou não, pelo incentivo e apoio incondicional, em especial à minha mãe, Anabela Rodrigues, por todas as vezes que ouviu apontamentos ou trabalhos finalizados sobre o pretexto de “aprender mais alguma coisa”.

Aos meus amigos próximos, de antes ou de agora, pelas horas de desabafo e animação que permitiram a continuação da sanidade desta pessoa.

A toda a família na FEC, por me terem recebido e aos restantes estagiários, de forma tão gratificante e acolhedora. Especialmente, à Ana Patrícia Fonseca, minha Orientadora de Estágio, obrigada pela oportunidade de aprendizagem e crescimento, pela preocupação e compreensão. De igual modo, obrigada à Gestora de Projeto, Catarina António, pelo apoio e dedicação, conselhos e constantes ensinamentos. São ambas uma inspiração e motivação na continuação do caminho profissional.

À minha colega, Daniela Lopes, que passou de desconhecida nas aulas a uma grande amiga e pilar, tanto no estágio como na vida.

Aos colegas académicos, pela partilha de conhecimento e ideias, mas principalmente pela motivação para continuar.

To my colleagues/friends at work, but specially, Heidi and Magda, thank you for the continuous support and the immense patience over these two years.

Aos professores do mestrado, em especial ao meu Orientador, Dr. Luís Mah, pelos ensinamentos, pela compreensão e pelo apoio ao longo destes meses.

Tenho plena consciência que não estaria aqui hoje se não fossem vocês e todos os que colocaram uma pedra da calçada no meu caminho. Um eterno Obrigada.

## Índice

|  |     |
|--|-----|
| Acrónimos .....  | III |
| Resumo .....   | IV  |
| Abstract.....  | IV  |
| 1. Introdução.....   | 5   |
| 2. Enquadramento Teórico da CPD.....                         | 7   |
| 2.1. Diferente Terminologia e Evolução Histórica.....        | 7   |
| 2.2. Falta de Vontade Política e Incoerências.....           | 8   |
| 3. ONGD e a CPD .....  | 10  |
| 3.1. Influência Política.....                                | 10  |
| 3.2. Avaliação e Monitorização .....                         | 11  |
| 3.3. Capacitação e Conhecimento Público .....                | 12  |
| 4. O Caso FEC .....  | 13  |
| 4.1. Caracterização da FEC .....                             | 14  |
| 4.1.1. Valores e Princípios.....                             | 14  |
| 4.2. Eixos Estratégicos de Transformação Social da FEC ..... | 17  |
| 4.2.1. Educação, Conhecimento e Competências .....           | 17  |
| 4.2.2. Boa Governação e Advocacia.....                       | 17  |
| 4.2.3. Cidadania Global e Direitos Humanos .....             | 18  |
| 5. Os Projetos e Tarefas Desempenhadas .....                 | 19  |
| 5.1. CALL – Communication and Advocacy Learning Lab .....    | 19  |
| 5.2. Outros Projetos .....                                   | 21  |
| 5.3. Trabalhos Diversificados .....                          | 23  |
| 5.4. Enquadramento do estágio no mestrado em DCI .....       | 24  |
| 5.5. O Projeto “Coerência Na Presidência.....                | 26  |
| 6. Conclusão .....   | 33  |
| 7. Bibliografia.....   | 35  |
| 8. Anexos.....   | 41  |

## **Acrónimos**

**APA** - American Psychological Association

**APD** – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

**CAD** - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

**CIDSE** - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade

**CPD** - Coerência das Políticas para o Desenvolvimento

**FEC** – Fundação Fé e Cooperação

**FORCIM** - Fórum das Organizações Católicas para a Imigração e Asilo

**IMVF** - Instituto Marquês de Valle Flôr

**ISEG** - Instituto Superior de Economia e Gestão (Universidade de Lisboa)

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**ONGD** - Organização não-governamental para o desenvolvimento

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OSC** - Organizações da Sociedade Civil

**PAC** – Política Agrícola Comum

**PE** - Parlamento Europeu

**PED** - Países em Desenvolvimento

**UC** – Unidades Curriculares

**UE** – União Europeia

## Resumo

O Relatório de Estágio apresenta a aprendizagem adquirida, no âmbito do estágio curricular na FEC, de forma a concluir o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Para tal, é realizado uma caracterização da organização, tal como, uma descrição das atividades da estagiária nesta.

Através do contacto com a realidade da atuação e concretização dos projetos de advocacia social, em particular, o projeto “Coerência Na Presidência | Advocacia pelo Desenvolvimento Global” foi realizado o enquadramento teórico da aprendizagem académica na realidade prática e foi compreendido o papel essencial das ONGD na promoção da aplicação da CPD, em três áreas de ação diferentes (*advocacy*, monitorização e sensibilização).

Palavras-Chave: Estágio Curricular; FEC; Coerência; ONGD

## Abstract

The Internship Report presents the learning acquired during the curricular internship at FEC, in order to conclude the Master's Degree in International Development and Cooperation. To this end, it is carried out a characterization of the organization, as well as a description of the activities of the intern in this organization.

Through the contact with the reality of the performance and implementation of social advocacy projects, in particular the "Coherence in the Presidency | Advocacy for Global Development" project, the theoretical framework of academic learning was put into practice and was understood the essential role of NGDOs in promoting the application of PCD in three different areas of action (*advocacy*, monitoring and awareness).

Palavras-Chave: Curricular Internship; FEC; Coherence;

## **1. Introdução**

O presente documento consiste no Trabalho Final de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional ministrado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, e tem por objetivo dar a conhecer o Estágio Curricular realizado na Fundação Fé e Cooperação, por forma a obter o grau de Mestre do curso supracitado.

O estágio a decorrer na FEC iniciou-se a 14 de fevereiro de 2022 e terminou formalmente a 1 de junho de 2022, tendo a estagiária continuado a desempenhar funções e a participar em atividades até 15 de julho, num total de 22 semanas. O estágio terá sido realizado em conciliação com a situação laboral da estagiária, permitido pela flexibilidade de ambos os locais de atividade, concluído 480 horas de estágio. Dada a circunstância pandémica o estágio decorreu em parte num regime híbrido. Ao longo deste período, a estagiária contou com o apoio e supervisão, do orientador institucional, Professor Doutor Luís Mah, Professor no Mestrado e Doutoramento no Programa de Estudos de Desenvolvimento no ISEG, e da orientadora organizacional, Ana Patrícia Fonseca, Coordenadora do Departamento de Educação para o Desenvolvimento, Advocacia Social e Comunicação da FEC, que permitiram uma transição mais eficaz do conhecimento académico para a sua aplicação prática. É realçado a coordenação e apoio da Gestora de Projetos, Catarina Antônio, responsável por diversos projetos nos quais a estagiária colaborou.

Considerou-se de extrema importância a aquisição de conhecimento prático e devidamente qualificado no âmbito da atividade profissional, o que motivou a escolha do estágio em detrimento da tese ou projeto. Posto isto, o objetivo primário da estagiária, tal como apresentado no respetivo Plano de Estágio, tratou-se de promover a “aquisição de competências na área da gestão de projetos de educação para o desenvolvimento e advocacia social em contexto profissionalizante, em todas as fases do ciclo de projeto (desde a conceção, implementação, monitorização e avaliação)”. O objetivo terá sido acompanhado pela consciencialização da necessidade de coerência das políticas com o

princípio do desenvolvimento, no contexto de influência direta e multidimensional da sociedade glocal atual.

Nesse seguimento, foi produzido o Relatório de Estágio, de acordo com a normas Harvard, com vista a apresentar uma perspectiva geral do trabalho realizado, assim como, uma análise que assenta não só na informação discutida e conhecimentos adquiridos durante as UC, mas também no estudo de um dos principais tópicos desenvolvidos durante o estágio, a CPD. Para tal, ao longo do documento é defendido o papel que ONGD desempenham na promoção da aplicação da CPD, que toma uma nova força no pós-Agenda 2030, principalmente em três áreas de atuação (Influência Política, Avaliação e Monitorização e Capacitação e Conhecimento Público), bem como, as razões para a existência de incoerências nas políticas de desenvolvimento. O documento é organizado, para esse fim, em cinco partes, começando com o enquadramento teórico da CPD e do debate circundante para uma melhor compreensão ao longo da análise. Este é seguido pela defesa da importância das ONGD e os diferentes papéis que desempenham na promoção da CPD, seguindo-se a caracterização da FEC, acompanhada de testemunhos do seu trabalho. Já no capítulo “Os Projetos e Tarefas Desempenhadas” é feita a descrição das incumbências da estagiária e atividades em que participou, para as quais o conhecimento abordado nas UC foi basilar, logo, é feito um enquadramento crítico do estágio no mestrado. O capítulo é finalizado ao apresentar o trabalho específico dentro do projeto #CoerenciaNaPresidência | Advocacia pelo Desenvolvimento Global, enquadrando as atividades nas três facetas mencionadas. O relatório termina com conclusões, onde não só é apresentado uma análise crítica do mestrado, do estágio, mas principalmente do papel que as ONGD desempenham em realçar a interconectividade global e a interligação setorial, e, conseqüentemente a importância de trabalhar em conjunto de forma coerente.

“A FEC é um universo de conhecimentos, ‘laboratórios’ para experienciar técnicas, aptidões, atitudes e saberes. Com a FEC eu experienciei, aprendi, errei, descobri, capacitei, participei, formei. Com a FEC eu transformei.”

Romualdo Correia – Professor – Guiné-Bissau



## **2. Enquadramento Teórico da CPD**

O aumento da relevância deste tópico nas agendas política e estratégica de diversas organizações internacionais e regionais, particularmente da OCDE, UE e ONU, promoveu o ressurgimento de literatura e debate sobre a questão. O capítulo compila uma análise de base teórica do conceito e discussão em torno da CPD em paralelo com o enquadramento do tema no mestrado referente. A atenção reforçada da CPD para o desenvolvimento sustentável, deve-se ao foco verificado durante ambos os momentos de aprendizagem (UC e Estágio), para além do destaque na aplicação da Agenda 2030 e respetivos ODS.

A CPD, constitui desde 1992 com o Tratado de Maastricht, um pilar essencial da EU para aumentar a eficácia do processo de desenvolvimento. Após ser reforçado no Tratado de Lisboa em 2009, ganhou um novo ônus com a aprovação da Agenda 2030 em 2015. Para a organização regional, a CPD é uma obrigação legal sobre a qual não pode implementar políticas que possam ter impactos negativos nos países parceiros, podendo prejudicar o seu desenvolvimento (European Commission, 2019). Já no quadro político mundial, embora o termo já tivesse aparecido nos trabalhos da OCDE no início da década de 90, é só em 2007 que a CPD passa a uma das principais prioridades da organização. De facto, o conceito Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, possui diversas perspetivas e ao longo do tempo adaptou-se à realidade e debate internacional, logo, para uma melhor compreensão da informação apresentada é benéfico analisá-las (CONCORD, 2015).

### **2.1. Diferente Terminologia e Evolução Histórica**

CPD enquanto objetivo consiste na procura que “diferentes políticas de um governo ou instituição com impacto nos países em desenvolvimento (como sejam, a comercial, a ambiental, a agrícola, a energética ou a migratória)” estejam em sintonia com as políticas para o desenvolvimento (OECD, 2004). Em 2015, com a Agenda 2030, o tema é apresentado como uma questão estrutural, através da promoção e aplicação do “Objetivo 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”, mais precisamente com a meta “Coerência política e institucional” que procura, entre outros, “aumentar a coerência política para o

desenvolvimento sustentável” (alvo 17.14) (Nações Unidas, 2015). Por sua vez, a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup>, constitui tanto uma abordagem como instrumento, no novo quadro político, para integrar sistematicamente as dimensões económica, social, ambiental e da governação do desenvolvimento sustentável em todas as fases da formulação de políticas nacionais e internacionais de modo a garantir a sinergia entre as mesmas. É claro que a CPDS é muito mais complexa do que a CPD, uma vez que passa da coerência unidirecional (CPD) para uma coerência multidirecional (CPDS) (CONCORD, 2020). Minimizar o impacto prejudicial que as políticas nacionais têm nos objetivos dos países em desenvolvimento, é um desafio em si mesmo, o que reforça a relevância da CPD, principalmente como degrau para o objetivo mais amplo que é a CPDS. Note-se, porém, que não existe um acordo unânime de que a definição da OCDE de CPDS é a nova abordagem a seguir para a CPD (European Commission, 2019).

Entretanto, ao aplicar cada vez mais a CPDS à formulação de políticas, a UE procura destacar o seu compromisso com os ODS, o que implica o aumento das capacidades dos governos nesta matéria. Ao longo da evolução temporal da abordagem, os tópicos que suscitaram mais análise, foram, claramente, as políticas setoriais da UE, o seu impacto externo e o que a CPD representa na afirmação da UE como ator global para o desenvolvimento (Ferreira, 2018, p. 33). Recentemente, em junho de 2017, foi ainda reforçado o compromisso legal, ao mais alto nível político no novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento. Enquadrador da política de desenvolvimento da UE, confirmou o papel da CPD como contribuição da UE para os ODS, ao prever que a CPD seja adotada em todas as políticas e áreas cobertas pela Agenda 2030, com atenção especial às áreas de comércio, finanças, ambiente e alterações climáticas, segurança alimentar, migração e segurança<sup>2</sup> (European Commission, 2017; CONCORD, 2020).

## **2.2. Falta de Vontade Política e Incoerências**

---

<sup>1</sup> Alguns autores utilizam o termo "Coerência das Políticas para o Desenvolvimento" como sinónimo de "Coerência das Políticas para Desenvolvimento Sustentável", desde 2013, segundo Zeigermann, (2020).

<sup>2</sup> Áreas escolhidas para a produção dos estudos dentro do projeto Coerência da FEC.

No mesmo ano, a análise de Davies e Pickering<sup>3</sup> (2017) revela o desejo do cumprimento da CPD por parte dos países em desenvolvimento no que toca à evolução e futuro da cooperação. Ao entrevistar membros de 40 governos dos países em desenvolvimento sobre como procuram que as suas relações com os doadores de APD evoluam, afirmaram que do CAD, pretendem “maior coerência entre os diferentes domínios políticos e maior consistência entre os compromissos de eficácia de desenvolvimento assumidos em fóruns internacionais e a prática no terreno”, apresentando também “uma sensação de que os gabinetes dos países doadores não estavam plenamente conscientes, ou motivados para implementar os compromissos assumidos pelos seus governos em fóruns internacionais.” Quando questionados se os doadores bilaterais estavam a fazer o suficiente para garantir que as suas políticas de ajuda ao desenvolvimento fossem coerentes com as políticas noutras áreas (económica, comercial, migração, defesa e ambiental) e se não estavam a dificultar o desenvolvimento, mais de metade (53%) disse "não".

Tal como verificado, embora a longa evolução histórica e reforço da sua necessidade, esta abordagem e compromisso, ainda dá muito que comentar. Não obstante, o compromisso assinado pelos governos, a implementação concreta desta abordagem parece estar na sua fase inicial ao verificar-se uma desconexão entre as obrigações políticas e os níveis institucionais e de monitorização (Ferreira, 2018). Nem a retórica sobre a urgência da ação parece traduzir-se nos compromissos de fato efetivados a nível internacional, nem num apoio concertado e adequado aos países mais afetados. Verifica-se sim a insistência em práticas incoerentes, principalmente dentro das políticas climáticas, como o apoio a combustíveis fósseis ou a externalização negativa para países em desenvolvimento, que são continuamente promovidas pelos principais atores de desenvolvimento. Mais especificamente, incoerências como a aprovação de leis ou acordos, como o Acordo de Comércio Livre com os países do Mercosul que irão continuar a fomentar deflorestação e produções intensivas em agrotóxicos (Ambec & al, 2019, p. 119; Deters, 2022, p. 21). As incoerências foram também abordadas por Duraiappah<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Analisados pela estagiária no âmbito da cadeira Cooperação Internacional para Desenvolvimento ao produzir o trabalho “Assistência Técnica e Capacitação no futuro do Desenvolvimento Internacional”.

<sup>4</sup> Análise realizada no âmbito das temáticas contemporâneas centrais no estudo do desenvolvimento “Meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento” na unidade curricular Ciências Sociais e Desenvolvimento ao produzir uma Recensão Crítica sobre o artigo do autor de 1998.

(1996, 1998), ao analisar o nexu entre a pobreza e a degradação ambiental. Duraiappah (1996) chega à conclusão de que grande parte dos comportamentos ambientalmente insustentáveis devem-se a falhas institucionais ou de mercado. Especificamente apontou o caso do Botswana onde os subsídios sob a forma de preços fixos elevados da UE, influenciam as políticas fiscais e de investimento interno no país encorajando a produção animal e, como consequência, a desertificação da região (Unemo, 1995 e Perkins, 1994, citado em Duraiappah, 1996, p.16)

### **3. ONGD e a CPD**

As ONGD cumprem a missão crucial e já histórica de pressão nos governos para um compromisso reforçado em matérias da CPD. Por um lado, impulsionam a vontade política para a implementação dos compromissos assumidos, dado que dispõem de conhecimentos úteis para a elaboração de políticas baseadas em evidências, por outro lado, monitorizam a aplicação da abordagem e até mobilizam o público. As ONGD desempenham, assim, um papel imprescindível na correta e fundamentada aplicação da CPD.

Como atores no processo de desenvolvimento, as ONGD, denunciam exemplos de incoerências ou incumprimentos praticamente desde o início (Acheampong, 1997; Carbone, 2008). De facto, tal como comprovado pela breve análise no capítulo anterior, e como apresentado por Zeigermann & Böcher (2019) e Ferreira (2018) têm sido extensos os estudos sobre as incoerências examinadas, continuando, todavia, a “serem escassas as análises sobre os processos de promoção da CPD”. É nestes mesmos processos, que é defendido durante este trabalho, o papel essencial das ONGD. Não obstante o peso das instituições responsáveis pela concreta implementação da CPD, como os Estados, a sociedade civil, possui considerável influência na utilização desta. Em concreto, ONGD dinâmicas, diversificadas, especializadas, capazes de operar livremente, com conhecimento fundamentado sobre o impacto do incumprimento, são um elemento central para a garantia da futura correta implementação da abordagem. Por conseguinte, categorizou-se as ações estudadas das ONGD para o aumento da aplicação da CPD, nas seguintes três áreas de atuação:

#### **3.1. Influência Política**

Apesar de os progressos no sentido de uma maior CPD começarem com uma liderança e um compromisso fortes ao mais alto nível político (governo e Parlamento) (CONCORD, 2015), e ainda que seja um compromisso legal nos acordos mencionados anteriormente, não existe vontade política para garantir que a CPD passe do papel à prática. Seja porque existem outras prioridades políticas, porque é redundante em comparação com outras abordagens semelhantes<sup>5</sup> ou até porque não consideram alcançável em ambientes institucionais (Zeigermann & Böcher, 2019, p. 4; Carbone & Keijzer, 2016). Dado esta conjuntura, as ONGD recorrem à advocacia para reforçar o conhecimento da CPD (da sua aplicação, da sua importância e dos seus resultados) juntos dos decisores políticos a nível nacional e europeu, ao acompanharem de perto e participando nos processos políticos. ONGD, tal como a FEC, ao fazerem parte da comunidade epistémica de CPD<sup>6</sup>, e, principalmente através das redes que compõem, produzem conhecimento, de modo a moldar e adaptar as políticas à coerência entre sectores e consequentemente exercem pressão para que a CPD e ODS sejam integrados em políticas nacionais e externas, através da apresentação de recomendações formais ou da participação fundamentada em comissões e reuniões (Hege & Demailly, 2017; Zeigermann, 2020, p. 82).

### **3.2. Avaliação e Monitorização**

Em paralelo com o papel anterior, e tal como foi apresentado em 2015 (OECD) “a avaliação dos progressos terá de ser realizada regularmente, por cada país, envolvendo os governos, a sociedade civil, empresas e representantes dos vários grupos de interesse.”. Ou seja, as ONGD, ao realizar avaliações independentes, desempenham um papel marcante como “cão de guarda” e responsabilizam o governo pelas falhas em cumprir o compromisso tomado. Exemplo disso, são os relatórios sobre CPD de dois em dois anos da CONCORD. Nos seus workshops e reuniões, discute as experiências de coerência e os desafios das suas organizações membros a fim de recolher informações e posições em relação à implementação das políticas setoriais (CONCORD, 2018). Nesse sentido, o envolvimento das ONGD locais é ainda mais essencial, dado que a participação dos países

---

<sup>5</sup> Exemplos como a Abordagem Baseada nos Direitos Humanos ou “Do no harm”.

<sup>6</sup> Entende-se nesta utilização “comunidade epistémica” como redes que estão ativamente empenhados na produção e difusão do conhecimento, a fim de desenvolver conhecimentos consensuais relevantes para os decisores políticos, fazendo-o devido à sua estreita relação com as burocracias tanto nacionais como internacionais muitas vezes à escala internacional ou global (Haas, 2015).

em desenvolvimento é indispensável no diálogo internacional, nomeadamente para, veicularem a sua própria experiência com as incoerências ou boas práticas existentes, dando voz à sua realidade diária. Isto significa, que a CPD constitui um instrumento proeminente para a sociedade civil nos países em desenvolvimento, ao monitorizarem o impacto das políticas públicas a nível interno, bem como, das políticas dos parceiros internacionais (Ferreira, 2018, p. 54).

### **3.3. Capacitação e Conhecimento Público**

Outra faceta vital de algumas ONGD, percecionada durante o estágio, é a formação e capacitação de outras organizações e instituições menos experientes, através de workshops ou produção de guias sobre as áreas da CPD, de modo a que estas estejam informadas e possam elas próprias exercer pressão, provocando assim um efeito cascata (*ripple effect*).

De modo semelhante, estes atores de desenvolvimento contribuem com a promoção do conhecimento e manutenção do tema no público, a fim de promover a participação crítica e informada (CONCORD, 2020). Tal como apresentado por Eduardo Elba (2022), Secretário-Geral da Federação de ONG de São Tomé e Príncipe, as OSC já são reconhecidas como sendo influenciadores de políticas, com o seu olhar crítico trabalham para a melhoria das políticas públicas, no entanto, é necessário a influência do público. No que toca à Cultura de Participação, em São Tomé e Príncipe, não existia para além do período de eleições, daí a importância dada ao ato de informar/formar o cidadão para que possa de facto influenciar a sua governação. Após a luta de várias OSC, por novos mecanismos de participação, hoje fazem este exercício junto das autarquias, através do Orçamento Participativo. Do mesmo modo, sobre o enquadramento da sociedade civil na promoção da educação para o desenvolvimento sustentável, Artur Gregório (2022), presidente da Associação IN LOCO, afirma que “não pode haver desenvolvimento sem haver educação ou capacitação”, sendo que nos locais que existem mais desigualdades é onde não existe educação para o desenvolvimento, e lá está, um desenvolvimento coerente e sustentável.

Ou seja, a proximidade das ONGD ao terreno e sua capacidade de educação, sustentam em grande medida a sua intervenção como ponte junto dos decisores políticos

nacionais e internacionais. Tal como apresenta, Ana Patrícia Fonseca, Coordenadora do Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social da FEC e Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD:

“As ONGD, diariamente comprometidas com as comunidades com quem trabalham (...), testemunham na vida concreta das pessoas os efeitos das políticas europeias. Entre as políticas comerciais, agrícolas, securitárias, migratórias ou climáticas as incoerências manifestam-se e embatem nos esforços de promoção do desenvolvimento dos países e das pessoas. As ONGD têm, por isso, um papel fundamental no reconhecimento dos desafios e na proposta de soluções. Soluções que exigem um compromisso comum na resposta, numa permanente atitude de solidariedade global, com soluções integradas, abordagens conjuntas entre os diferentes atores e setores do desenvolvimento, no quadro nacional e internacional, que exigem coerência das políticas para o desenvolvimento, para que os progressos de uns países não afetem os esforços de desenvolvimento e erradicação da pobreza de outros” (Fonseca, 2022).

Após toda a informação apresentada, é nítido que, as formas emergentes de colaboração entre ONGD e os governos nacionais e até nos fóruns internacionais, constituem uma forma de operacionalizar o carácter integrado e universal não só da CPD, como mais especificamente, dos próprios ODS, sendo que esta mesma colaboração foi incitada pela Comissão Europeia (2019). As ONGD como intervenientes nacionais, são atores independentes para o desenvolvimento sustentável, parceiros de implementação, e defensores no debate público. Os seus conselhos e participação são, portanto, fundamentais para aumentar a probabilidade de mudanças políticas bem-sucedidas assentes na observação da realidade. Existem, de facto, já mecanismos institucionais, em alguns membros do CAD, em que as OSC, ONGD e instituições de investigação, podem discutir os efeitos transfronteiriços das políticas nacionais. Contudo, estas colaborações continuarão a ser frágeis se as ONGD não forem suficientemente incluídas nos processos nacionais e internacionais (OCDE, 2018).

#### **4. O Caso FEC**

No presente capítulo é realizada a caracterização da FEC, o seu fundamento histórico e ação atual da organização. Para tal, é feita uma descrição dos seus eixos orientadores e são apresentados sucintamente alguns dos projetos correspondentes. Como uma organização assenta nas parcerias e redes que desenvolve, considerou-se pertinente introduzir pequenas declarações de ONG, testemunhas do trabalho da FEC, que serão apresentadas ao longo da caracterização da organização.

#### **4.1. Caracterização da FEC**

A FEC - Fundação Fé e Cooperação, inicialmente Fundação Evangelização e Culturas, é uma ONGD<sup>7</sup>, criada em 1990 pela Igreja Católica em Portugal. Para além da sede em Lisboa (Portugal), conta com delegações nos países em que atua, ou seja, em Guiné-Bissau (desde 2001), Angola (2003) e Moçambique (2012) (Anexo I). Ancorados na missão de promover o “desenvolvimento humano integral com a visão de construir uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça”, procuram que esta transpareça transversalmente em todas as atividades em que estão envolvidos (FEC, 2017).

##### **4.1.1. Valores e Princípios**

De modo semelhante, os valores da FEC são veios condutores da sua ação. Procuram que cada pessoa: a) usufrua da sua “dignidade intrínseca (...) independentemente do género, origem étnica, credo religioso, político ou estrato social” (Dignidade); b) tenha as suas necessidades básicas asseguradas (Justiça Social); c) seja protagonista de mudança (Participação); e d) ao procurar por uma crescente corresponsabilização que esta “se traduza em solidariedade, mobilização social e em estilos de vida sustentável” (Cidadania Global). Para além destes valores, orientam o seu trabalho para a defesa e responsabilização ambiental, social e económica dado que são indispensáveis para assegurar um futuro comum (Sustentabilidade), refletido na correspondência da sua ação aos ODS. É também no princípio de que “só num trabalho conjunto de parceria e em rede se podem percorrer caminhos de desenvolvimento sustentável” (Parcerias & Redes) que assentam o seu trabalho (FEC, 2017). É nesse seguimento, que Manuel Martins, Diretor Executivo da FEC, enaltece o “valor do

---

<sup>7</sup> Apresentada nos seus estatutos como “instituição canónico-civil de direito privado, sem fins-lucrativos” (FEC, 2017).



trabalho com as autoridades locais, de forma a garantir a sustentabilidade e o verdadeiro impacto da intervenção” (Ecclesia, 2021). O peso das sinergias é também refletido na estreita parceria com as igrejas lusófonas que, desde os seus primórdios, providencia à FEC uma extensa rede de apoios e network. Exemplo desta relação próxima é a colaboração com a Plataforma dos Bispos Lusófonos, de modo a promover “o intercâmbio de informação sobre a realidade das Igrejas católicas” (FEC, s.d.). Ao ser membro de redes como a CIDSE<sup>8</sup>, com considerável capacidade de discussão, advocacia e influência junto das instituições políticas europeias (CIDSE, 2022) ou a FORCIM<sup>9</sup>, colocam a FEC face a um conjunto de potencialidades de intervenção, capacitação e educação para o desenvolvimento (CEPAC, 2022). Para além das redes mencionadas, em semelhança, a presença na Plataforma Portuguesa das ONGD <sup>10</sup> (2022), e consequentemente a presença desta na CONCORD<sup>11</sup>, potenciam a voz da FEC sobretudo ao nível das suas ações de advocacia (CONCORD, 2022).

“A minha organização, a ADDHG – Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães esteve em colaboração com a FEC durante dois anos (...). Gostaria de salientar o importante trabalho em rede que a FEC tem realizado com diversas organizações do terceiro setor, promovendo não só a sua capacitação, mas também o seu desenvolvimento humano através da colaboração, cooperação e solidariedade entre as pessoas envolvidas”. (Salgado, 2022)

Outro dos princípios condutores da sua ação, consiste no profissionalismo e transparência, que defendem ser imperioso ao serviço dos mais vulneráveis. A organização revela a aplicação deste princípio ao ser alvo de autorias anuais pela empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda, publicando os respetivos resultados. Do mesmo modo, apresentam nos seus relatórios de atividades anuais, os dados financeiros, a origem dos seus fundos e como este é dividido (FEC, 2022). Ao compreender a atividade da organização, não é anormal verificar que 43% dos fundos

---

<sup>8</sup> Aliança de 18 organizações católicas da Europa e América do Norte (CIDSE, 2022).

<sup>9</sup> Grupo de organizações católicas, para reflexão, ação e intervenção sociopolítica para pessoas migrantes (CEPAC, 2022).

<sup>10</sup> Associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de 64 ONGD

<sup>11</sup> Confederação Europeia das ONG que trabalham no desenvolvimento sustentável e na cooperação internacional (CONCORD, 2022).

provêm de Financiadores Públicos Nacionais, em que a FEC, tal como diversas ONGD portuguesas, obtém os seus recursos financeiros a partir da candidatura a financiamentos do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, ou do Programa Cidadãos Ativ@s, componente da EEA Grants. Para além destas verbas financeiras, apresentam financiadores privados, como por exemplo, a Conferência Episcopal Portuguesa e apoios por parte de Embaixadas de Portugal (em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), ou de empresas como a Microsoft (FEC, 2020).

Os referidos fundos financeiros, sustentam a atividade da ONGD relativamente hierarquizada (Anexo II). Organizada em quatro departamentos: o Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento, responsável pelos projetos nos países em desenvolvimento mencionados; o Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social, onde foi realizado o Estágio, responsável pelas ações de influência política e capacitação; o Departamento de Comunicação, responsável por todos os aspectos e meios de comunicação, assim como partilha de resultados com o público-alvo; e por fim, o Departamento Administrativo e Financeiro, responsável pela gestão e monitorização financeira dos fundos da organização (FEC, 2020).

Particularmente num mundo globalizado e digital, a comunicação é essencial para uma organização de modo a mobilizar transformação do seu público-alvo. Seja através dos social media (Facebook, Instagram, Youtube) ou Website, a organização procura divulgar todo o seu trabalho e respetivos resultados digitalmente. Na sua análise de 2020 obtiveram 6.526 likes na página da FEC do Facebook tendo cada publicação alcançado de forma orgânica 1.106 pessoas (FEC, 2020). É curioso que a sua maior fonte de conexão é o Facebook, e não o Instagram ou até o Website, o que revela uma constante necessidade de adaptação à preferência do seu público-alvo nos meios de comunicação (Anexo III).

Considerou-se conveniente salientar o esforço da organização, na formação de técnicos e estudantes, como o presente caso, dado que durante o período de estágio, a organização acolheu para além dos quatro estagiários do Mestrado, uma estagiária de Ciências Estratégicas e de Segurança, da Universidade de Turim, através do programa Erasmus +. Esta formação é procurada pela organização, de modo renovar-se, através da

introdução de ideias, opiniões e novas perspetivas que não se encontrem condicionadas pela ação do dia-a-dia.

## **4.2. Eixos Estratégicos de Transformação Social da FEC**

Os três eixos de transformação social, encaminham, balizam e enquadram as atividades desenvolvidas e implementadas pela FEC, pelo que os eixos estratégicos apresentados aplicam-se à intervenção da FEC em todos os países onde atua cruzando-se, complementando-se e reforçando-se mutuamente.

### **4.2.1. Educação, Conhecimento e Competências**

Dentro deste eixo a FEC procura colaborar com Professores, Encarregados de Educação, Jovens, Enfermeiros, Agentes de Desenvolvimento Comunitários e Empreendedores, numa abordagem transversal que defende a equidade de género e uma educação inclusiva. O projeto Raízes e Cultur@, em Maputo, é exemplo deste eixo, ao promover o empreendedorismo cultural e a consolidação da identidade moçambicana através do desenvolvimento de competências em relação ao crescimento socioeconómico local, à boa governação e promoção dos direitos humanos e da democracia (FEC, 2017).

“A minha relação com a FEC confunde-se com os anos que levo a trabalhar neste mundo das ONGD em Portugal e foi-se fazendo de várias formas: ao nível do conhecimento pessoal com as pessoas que faziam e/ou fazem a FEC (...); na colaboração e partilha que fomos tendo na dinâmica interna da Plataforma Portuguesa das ONGD em grupos de trabalho e na Direção da mesma; ou na implementação de projetos em parceria, nomeadamente de ED. Destaco a relação humana das pessoas e a forte experiência acumulada enquanto entidade. A FEC é para mim uma referência.” (Costa, 2022)

### **4.2.2. Boa Governação e Advocacia**

A FEC intervém como independente e consegue posicionar-se enquanto interlocutor privilegiado, junto tanto do Governo português, como em instituições de carácter supragovernamental, no que se refere à construção de políticas de desenvolvimento e cooperação. Ao longo do seu próprio desenvolvimento a FEC constatou que muitos atores de desenvolvimento, inclusive a própria organização,

apresentam fragilidades organizacionais no âmbito da governação e *accountability*, logo, aposta na capacitação e reforço destas temáticas. Com esse objetivo foram preparadas várias iniciativas de advocacia dado que é imprescindível “atores de desenvolvimento, públicos, privados e da sociedade civil, mais competentes e mobilizados para o bem comum e para políticas mais justas e inclusivas” (FEC, 2017). Um exemplo de um projeto dentro deste eixo, Juntos, reforçou a prevenção contra o COVID-19 nas Províncias de Luanda e do Bié, através da realização de ações de sensibilização, para além da capacitação de OSC, técnicos, agentes educativos e atores chave para a promoção da Saúde em contexto pandémico (FEC, 2020).

“Nos últimos anos, no âmbito dos projetos de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global, o IMVF e a FEC têm aprofundado o seu trabalho e cooperação na promoção de políticas mais justas, coerentes, dignas e sustentáveis. Mas esta colaboração que começou formalmente na construção e desenho de projetos aprofundou-se para a transmissão de conhecimento, práticas e metodologias. O trabalho entre a Unidade de Cidadania Global do IMVF e da FEC baseia-se no respeito pelos princípios e missão de ambas as organizações, mas também pelo reconhecimento do enorme profissionalismo (...). Ter a certeza que a nossa jornada na promoção do desenvolvimento é feita em medidas iguais de profissionalismo e compromisso com a justiça social e climática”. (Silva, 2022)

#### 4.2.3. Cidadania Global e Direitos Humanos

O trabalho da FEC dentro deste eixo, concentra-se nos direitos das crianças e à alimentação, estilos de vida Sustentáveis, e na promoção do Voluntariado para a Transformação Social, dado que a corresponsabilização pelo planeta e pelo outro, em particular pelo mais vulnerável, é um compromisso que deve ser assumido por todos (FEC, 2017). Dentro do presente eixo, o projeto Juntos pela Mudança II, juntou a Bélgica e Portugal numa ação conjunta pela sustentabilidade, consciência do impacto do comportamento humano nas alterações climáticas (FEC, 2020).

“A FGS tem um historial de trabalho e colaboração com a FEC já de muitos anos, abrangendo áreas tão diversificadas como a educação formal (a partir de projetos como o Move-te pela Mudança ou o Educação para a Cidadania), alternativas para

a transformação social (do qual o projeto Alternativas é um bom exemplo) ou de Cooperação internacional/Ajuda Humanitária de Emergência, como é o caso do recente projeto Somos Moçambique. No âmbito deste último, tivemos exatamente a oportunidade de refletir sobre “o que é colaborar com outras instituições?” e chegámos a um conjunto de aprendizagens que só foram possíveis graças à valorização atribuída a este elemento essencial da transformação social por vezes não muito óbvio que é o trabalho conjunto e colaborativo. Tratando-se de 2 organizações cujo trabalho está focado no Bem viver coletivo e na Justiça social cremos que este caminho que temos trilhado em conjunto é algo que vale a pena continuar a ser aprofundado nesta relação entre FGS e FEC” (Fernandes, 2022).

## **5. Os Projetos e Tarefas Desempenhadas**

Apesar do Plano de Estágio antever a participação em apenas três projetos: #CoerênciaNaPresidência, CALL e TIK TAK, verificou-se que tanto a estagiária como a organização beneficiariam da participação da primeira em atividades de outros projetos, como o Pelotão 2030 e Global Steps. Logo, de modo a facilitar o acompanhamento da apresentação das tarefas desempenhadas e atividades em que a estagiária participou, estas serão organizadas por projeto referente e não temporalmente, abordando pelo caminho as competências desenvolvidas no processo, e de igual modo, a informação adquirida. Diversas das atividades foram acompanhadas pela produção, por parte da estagiária, de notícias que refletissem o momento criado ou a imagem da FEC, posto isto, estas são apresentadas em conjunto com a sua respetiva atividade, para uma melhor compreensão das funções desempenhadas.

### **5.1. CALL – Communication and Advocacy Learning Lab**

O projeto CALL, implementado em Portugal, no qual estagiária colaborou, pretendeu reforçar a capacidade de intervenção das OSC em políticas públicas, melhorar as competências de comunicação e *advocacy* dos seus colaboradores e dar uma voz mais forte e efetiva às organizações comprometidas com a inclusão, cidadania ativa e cultura democrática (FEC, 2020). No âmbito do projeto, a estagiária participou em diversas

atividades, tais como, os webinars sobre Escrita para Redes Sociais<sup>12</sup> ou na organização do evento final do projeto. Para além destas, foi produzido o “Guia Para Monitorização e Avaliação de Ações de Influência Política”<sup>13</sup> e coproduzido as “Guidelines para Campanha de Comunicação”<sup>14</sup>. Ao tratar-se de um projeto sobre comunicação era importantíssimo o acompanhamento do trabalho da organização pelo público-alvo, o que resultou na produção de várias notícias sobre o mesmo: Início do Programa Call to Action<sup>15</sup>; Curso de Media Training Dirigido a Organizações da Sociedade Civil<sup>16</sup>; Organizações Envolvidas no Projeto CALL Iniciam Processo de Diagnóstico Organizacional<sup>17</sup>; Formação em Estratégias de Comunicação para a Mudança Comportamental e Social Dirigida a Organizações da Sociedade<sup>18</sup>; Workshops de Storytelling Dirigidas a Organizações Envolvidas no Projeto CALL<sup>19</sup>; Advocacy Bootcamp – From Impossible to I’mpossible<sup>20</sup>.

No CALL, a estagiária apoiou consideravelmente um dos objetivos do projeto, “Implementação do Prémio ‘Advocacy Award’ para reconhecer e dar visibilidade a ações notáveis de advocacy para a transformação social” (C4). Para concluir com sucesso este objetivo, esta produziu o “Regulamento do Prémio “Advocacy Awards”<sup>21</sup> e o questionário da candidatura ao Prémio. A estagiária agilizou também o trabalho com as juradas, Conceição Zagalo (GRACE), Isabel Figueiredo (Grupo Renascença), Mariana Pereira (FEC) e Tatiana Nunes (Escola Superior de Comunicação Social), ao compilar e formatar as candidaturas, produzir material de apoio e ao participar em todas as reuniões sobre o Prémio com as juradas. Ademais, garantiu o contacto direto com as organizações

---

<sup>12</sup> Cf. [https://www.fecongd.org/2022/03/30/webinars-de-escrita-criativa/?doing\\_wp\\_cron=1658754771.7749478816986083984375](https://www.fecongd.org/2022/03/30/webinars-de-escrita-criativa/?doing_wp_cron=1658754771.7749478816986083984375)

<sup>13</sup> Cf. <https://www.fecongd.org/wp-content/uploads/2022/05/Guia-de-Monitorizacao-e-Avaliacao-de-Acoes-de-Influencia-Politica-CALL.pdf>

<sup>14</sup> Cf. <https://www.fecongd.org/wp-content/uploads/2022/07/Guia-Campanha-de-Comunicacao.pdf>

<sup>15</sup> Cf. <https://www.fecongd.org/2020/08/28/inicio-do-programa-call-to-action/>

<sup>16</sup> Cf. [https://www.fecongd.org/2020/11/01/curso-de-media-training-dirigido-a-organizacoes-da-sociedade-civil/?doing\\_wp\\_cron=1659804642.8223719596862792968750](https://www.fecongd.org/2020/11/01/curso-de-media-training-dirigido-a-organizacoes-da-sociedade-civil/?doing_wp_cron=1659804642.8223719596862792968750)

<sup>17</sup> Cf. [https://www.fecongd.org/2021/02/12/organizacoes-envolvidas-no-projeto-call-iniciam-processo-de-diagnostico-organizacional-desenho-e-acompanhamento-de-planos-estrategicos-de-comunicacao/?doing\\_wp\\_cron=1659887173.8644840717315673828125](https://www.fecongd.org/2021/02/12/organizacoes-envolvidas-no-projeto-call-iniciam-processo-de-diagnostico-organizacional-desenho-e-acompanhamento-de-planos-estrategicos-de-comunicacao/?doing_wp_cron=1659887173.8644840717315673828125)

<sup>18</sup> Cf. <https://www.fecongd.org/2021/02/13/formacao-em-estrategias-de-comunicacao-para-a-mudanca-comportamental-e-social-dirigida-a-organizacoes-da-sociedade>

<sup>19</sup> Cf. <https://www.fecongd.org/2021/06/01/workshops-de-storytelling-dirigidos-a-organizacoes-envolvidas-no-projeto-call/>

<sup>20</sup> Cf. <https://www.fecongd.org/2021/11/22/advocacy-bootcamp-from-impossible-to-impossible/>

<sup>21</sup> Cf. <https://www.fecongd.org/wp-content/uploads/2022/07/Regulamento-Premio-Advocacy-Award.pdf>

sobre a competição, tendo produzido também todo o material de comunicação sobre este objetivo<sup>22</sup>.

Durante o decorrer do projeto, foram ainda produzidos diversos questionários, compiladas bases de dados e feita a respetiva análise destas. Esta tarefa contribuiu não só para a contínua monitorização interna por parte dos gestores e técnicos do projeto, mas também, para a avaliação final, e conseqüentemente para o desenvolvimento de capacidades da estagiária nestas fases do Ciclo de Projeto. Um exemplo concreto é o “Relatório de Diagnóstico de Comunicação”, onde se encontra uma análise comparativa da evolução das competências, conhecimentos e perceção das organizações participantes no projeto em relação à Monitorização e Avaliação de Ações de Influência Política. Dentro do CALL, foi dada a oportunidade à estagiária de conhecer o trabalho desenvolvido em Portugal nos mais diversificados campos e ampliar a sua network. Foi também fomentado o desenvolvimento de competências novas, como a Interpretação Simultânea, no evento final do projeto, ou inclusive o conhecimento de ferramentas novas como a tecnologia Zappar, utilizada na coprodução da exposição de realidade aumentada “From Empowerment to Advocacy for Social Change” (Anexo IV e Anexo V).

## **5.2. Outros Projetos**

Apesar do contributo para o projeto TiK TaK - Human Rights on Hold, estar inicialmente previsto no Plano de Estágio, dada a realidade diária do trabalho da ONGD, considerou-se de maior importância e urgência o apoio da estagiária noutros projetos, principalmente tendo em conta o extenso trabalho no mesmo da colega de mestrado e estágio, Daniela Lopes. Logo, a estagiária colaborou na elaboração de termos de referência e guias de entrevistas, o que potenciou a aplicação e desenvolvimento de técnicas de investigação e análise. Além disso, participou e ajudou na implementação da Masterclass sobre o COVID-19 (Anexo VI), assim como, contribuiu para o Focus Group com diversas OSC de forma a analisar o impacto do COVID-19 na ação destas (Anexo VII).

---

<sup>22</sup> Cf. [https://www.fecong.org/2022/05/30/vencedores-da-1a-edicao-dos-advocacy-awards/?doing\\_wp\\_cron=1659888235.6204938888549804687500](https://www.fecong.org/2022/05/30/vencedores-da-1a-edicao-dos-advocacy-awards/?doing_wp_cron=1659888235.6204938888549804687500)

No âmbito dos projetos adicionais, como o Global Steps, foi dado apoio logístico e produzido de material. Com os parceiros de França, Bélgica, Espanha e Reino Unido, procurou-se reconhecer os resultados do Global Steps como uma ferramenta disponível para profissionais<sup>23</sup> e formá-los para apoiar os jovens e adultos no reconhecimento das suas competências de Cidadania Global. A estagiária participou também na Reunião Transnacional do Projeto, habituais nos projetos Erasmus +, nos quais já detinha conhecimento e experiência, logo, podia reforçar o apoio e dar feedback em alguns aspetos. Para o mesmo projeto, efetuou o *proofreading* e gravou a tradução em português do vídeo de disseminação<sup>24</sup>, correspondente ao terceiro objetivo, de modo a que este pudesse ser partilhado junto da população jovem portuguesa.

Por sua vez, participou no projeto “Dentro e Fora da Caixa – ONG e Escolas juntas na Educação para a Cidadania”, mais especificamente no Pelotão 2030<sup>25</sup>, que promoveu processos educativos colaborativos ancorados na realidade local ao reforçar laços entre os atores da comunidade educativa e local. Neste projeto foi membro integrante da equipa dinamizadora da Sessão de Sensibilização “A importância d@s Assistentes Operacionais na Comunidade Educativa – Saber gerir emoções” na sede do agrupamento<sup>26</sup> (Anexo VIII), o que permitiu o crescimento de competências na implementação de atividades sobre Educação para a Cidadania. Participou no evento final do mesmo projeto “Encontro Dentro e Fora da Caixa – ONG e Escolas Juntas na Educação para a Cidadania” realizado a 22 de julho (Anexo IX). No decorrer de ambos os momentos, foi absorvida a importância da integração da cidadania global nas escolas para trabalhar as competências de cidadania dos alunos. Este projeto produziu mais de 31 recomendações para uma educação para a cidadania mais autêntica e refletida, tais como, a importância do reconhecimento e consciencialização, por parte das escolas, das ONG “como potenciais parceiras estruturais (...) assumindo a complementaridade da sua intervenção e acolhendo-as enquanto membros da comunidade educativa” (Fundação Gonçalo da Silveira, 2022). Se é procurado uma corresponsabilização global, é primeiramente

---

<sup>23</sup> Cf. <http://www.globalsteps.eu/en>

<sup>24</sup> Cf. <https://www.globalsteps.fr/pt>

<sup>25</sup> Nome dado à parceria FEC mais Agrupamento da Damaia

<sup>26</sup> Cf. [https://www.fecong.org/2022/04/13/sessao-de-sensibilizacao-sobre-a-gestao-de-emocoes-no-agrupamento-de-escolas-da-damaia/?doing\\_wp\\_cron=1658754307.0531189441680908203125](https://www.fecong.org/2022/04/13/sessao-de-sensibilizacao-sobre-a-gestao-de-emocoes-no-agrupamento-de-escolas-da-damaia/?doing_wp_cron=1658754307.0531189441680908203125)



necessário fazer compreender essa mesma interligação glocal, realçada neste caso, pelas ONG.

### **5.3. Trabalhos Diversificados**

Para além das tarefas desempenhadas, surgiu a oportunidade de realizar trabalhos urgentes e não planeados, tal como a participação na reunião interna da FORCIM, sobre o possível papel das ONG face à invasão da Ucrânia pela Rússia. A estagiária representou a FEC sobre a intervenção desta no apoio aos refugiados, em que a organização ficou encarregue da ativação da sua rede e consequente divulgação de qualquer informação pertinente. Para além disso, foram produzidas minutas pela estagiária e partilhadas com os restantes membros da equipa. O conflito já tinha sido previamente trabalhado pela estagiária durante a sua licenciatura em Ciência Política ao produzir um artigo de opinião sobre o conflito de 25 de novembro de 2018 no Estreito de Querche, com o nome “Ucrânia vs. Rússia: O início do fim ou o começo do derradeiro início?” face os disparos e captura de três embarcações ucranianas por navios de guerra russos. A presente reunião reforçou a importância do papel da sociedade civil, frequentemente com mais conhecimento de causa do que as instituições públicas responsáveis, ao apresentar a realidade verificada no acolhimento de refugiados ucranianos em Portugal. Foram apontados casos de abuso sexual e o risco de tráfico humano para as caravanas humanitárias, a necessidade para Declarações de Consentimento, informações de acolhimento, e mais relevante, a necessidade de informação sobre a forma sustentável de acolhimento antes de trazer os refugiados da fronteira para a “segurança” (Maria do Carmo, 2022).

Adicionalmente, foi produzido material de apoio ao Relatório de Atividades de 2021, mais especificamente Fichas de Projeto sobre os projetos, Juntos Pela Mudança II, CALL, Coerência e Parcerias Locais, o que forneceu à estagiária conhecimentos e competências sobre a monitorização de projetos. Participou de outra forma, no evento Academia do Desenvolvimento, decorrido a 25 e 26 de maio de 2022, em representação da FEC, que em grande medida apoiou o conhecimento de diversas ONG portuguesas de todo o território continental e as dificuldades pelas quais estas passam, como por exemplo, a constante luta para manter um tópico na agenda pública dado que o interesse político varia consoante esta.

#### **5.4. Enquadramento do estágio no mestrado em DCI**

Note-se que para as tarefas desempenhadas, as unidades curriculares do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, foram essenciais ao capacitarem a estagiária com conhecimentos basilares e potenciadores da análise das tendências contemporâneas que estão na base dos projetos mencionados e nas ações das ONGD.

Primeiramente, a UC de Ciências Sociais e Desenvolvimento, ao abordar o desenvolvimento como paradigma de transformação societal e a sua evolução histórica, possibilitou o enquadramento das análises realizadas. De forma semelhante, foi estudado o papel do Estado enquanto ator de desenvolvimento, o que permitiu à estagiária analisar criticamente a ação deste na aplicação da CPD e a cooperação com os crescentes atores no palco do desenvolvimento, como as ONGD. Terá sido nesta UC que ao estudar Duraiappah, supramencionado, se compreendeu a premência das incoerências potenciadas pela UE. Já na cadeira de Cooperação Internacional para Desenvolvimento, foram abordados conceitos essenciais como a APD, doadores bilaterais e multilaterais, e os vários tipos e fontes de financiamento do Desenvolvimento e a forma como estes afetam a relação entre doadores e recetores e atores Norte-Sul e Sul-Sul. A mesma UC potenciou a análise pela primeira vez do termo da CPD em correlação com assistência técnica e capacitação no âmbito da cooperação Sul-Sul no combate às alterações climáticas.

De outro modo, a UC de Demografia, com a introdução a teorias migratórias e às tendências de migrações, ou a conceitos como fuga de cérebros, permitiu uma melhor compreensão do estudo produzido no âmbito do projeto Coerência sobre o Desenvolvimento e Migrações. De forma idêntica, a UC de Meio Ambiente e Recursos Naturais contribuiu para o aprofundamento do conceito e medição do desenvolvimento sustentável nas suas diversas variantes, o que facilitou a leitura e utilização do estudo sobre Alterações Climáticas. Na mesma cadeira, no contexto de trabalho individual foi realizado uma análise análoga à presente neste documento ao produzir a Recensão Crítica sobre o artigo “Environmental Policy in Latin America” de Raúl E. O’Ryan e Cecilia Ibarra, onde foi constatado a influência da sociedade civil na tomada de decisão, em

especial no período após o Acordo de Escazú que “estabelece as obrigações dos países em relação à participação do público nos processos de tomada de decisões sobre o meio ambiente.” (environment-rights.org, 2018).

Por sua vez, dado o objetivo primário da estagiária, nomeadamente, conhecer na prática o Ciclo dos Projetos, a cadeira de Elaboração, Execução e Avaliação de Projetos de Desenvolvimento foi deveras primordial. Permitiu o aprofundamento do conhecimento já previamente adquirido em ambiente laboral, para além de que, o estágio possibilitou, a aplicação desse conhecimento, principalmente no contexto português. Numa fase inicial do estágio, foi realizada uma análise aprofundada de documentos basilares (relatórios de progresso, cronograma e orçamento) dos projetos nos quais a estagiária estaria envolvida, tarefa para qual a cadeira mencionada tinha providenciado o conhecimento de base. De forma igualmente prática, a UC de Métodos de Investigação Aplicados ao Desenvolvimento é responsável em grande parte pelo desempenho em tarefas de análise de informação e monitorização dos projetos ao capacitar a estudante com conhecimentos sobre técnicas de trabalho em investigação qualitativa (Projeto TIK TAK) e quantitativa (Projeto CALL).

As unidades curriculares, de forma geral, familiarizaram a estagiária com os atores centrais e as suas funções, tal como o CAD ou *watchdogs* como a CONCORD, e académicos relevantes na análise do desenvolvimento como Fukuda-Parr ou Sachs, referenciados em muitos dos artigos utilizados ao longo desta análise e nos documentos utilizados durante as tarefas da estagiária.

Apesar da base fundamental das UC para a intervenção dos estudantes nos domínios do desenvolvimento, é preciso apontar que o tópico da CPD não foi aprofundado durante o período curricular, tendo sido analisado em trabalhos individuais da estagiária. Compreende-se que o processo de desenvolvimento assente numa teia global complexa e multidimensional, logo, é claramente difícil a abordagem de todos os tópicos envolventes. Todavia, dada a centralidade da CPD: a) para assegurar que os objetivos e resultados das políticas de desenvolvimento não prejudicam os países que procuram ajudar; b) para a realização da Agenda 2030 e dos ODS, e confirmação de um

desenvolvimento de fato sustentável; c) em várias estratégias nacionais e acordos internacionais; d) e o aumento da integração da CPD na ação das ONGD, seria vantajoso o aprofundamento do tópico nos conteúdos programáticos, principalmente em correlação com a advocacia.

### 5.5. O Projeto “Coerência Na Presidência

O Projeto “Coerência Na Presidência | Advocacia pelo Desenvolvimento Global”, durante o período de setembro de 2020 a agosto de 2022, procurou:

“consciencializar e desenvolver o entendimento crítico das interdependências locais e reforçar o valor da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) como eixo central do Desenvolvimento Sustentável e contribuir para o reforço do conhecimento e da aplicação da CPD, ao nível dos decisores políticos a nível nacional e europeu, com foco no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia”. (FEC, 2020)

Segue uma análise das tarefas da estagiária, especificamente dentro deste projeto, para a compreensão da ação da FEC, nas três facetas da promoção da CPD apresentadas anteriormente.

No domínio da advocacia e influência política, uma das primeiras atividades desempenhadas pela estagiária consistiu na análise da 6ª cimeira União Europeia – União Africana, prevista na candidatura do projeto. Resultou em notícias que deram a conhecer o arranque da Cimeira, respetivos objetivos e expectativas<sup>27</sup>, mas sobretudo as Declarações Conjuntas da Sociedade Civil Afro-Europeia, “No decision about us without us”<sup>28</sup> e “An AU-EU Summit for food sovereignty and democracy”<sup>29</sup>. A estagiária compilou a informação e reforçou as principais preocupações e recomendações da

---

<sup>27</sup> Cf. [https://www.fecong.org/2022/02/21/perspetivar-o-futuro-conjunto-o-resultado-da-6a-cimeira-uniao-europeia-uniao-africana/?doing\\_wp\\_cron=1658754937.4259839057922363281250](https://www.fecong.org/2022/02/21/perspetivar-o-futuro-conjunto-o-resultado-da-6a-cimeira-uniao-europeia-uniao-africana/?doing_wp_cron=1658754937.4259839057922363281250)

<sup>28</sup> Declaração “No decision about us without us”. Disponível em: <https://www.plataformaongd.pt/noticias/declaracao-conjunta-da-sociedade-civil-africana-europeia-no-decision-about-us-without-us/leia-aqui-a-declaracao-traduzida-para-portugues> [consultado a 2022/08/30]

<sup>29</sup> Declaração “An AU-EU Summit for food sovereignty and democracy”. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/e/2PACX-1vTI40BdbCI05iE3zVvT4gcDXacFaCWPIRs9t5GdNEiltVWhjMX6i3kgG9SQ4NxUedg9bsorQf8m6HSL/pub> [consultado a 2022/08/30]

sociedade civil, dando contas que a FEC subscreveu a primeira declaração<sup>30</sup>. Sobre a mesma faceta, ao dar-se a invasão da Ucrânia pela Rússia considerou-se essencial o posicionamento da FEC face ao conflito. Assim sendo, foi produzido o Manifesto – Juntos Pela Ucrânia<sup>31</sup>, que resultou em duas notícias<sup>32</sup> onde foram citadas as palavras da estagiária, mais concretamente: "enquadra-se na imperativa defesa dos direitos e dignidade humana, que estão a ser drasticamente e vergonhosamente desrespeitados. A solidariedade irá ganhar a guerra"<sup>33</sup>. Numa abordagem mais direta, foram produzidas, pela estagiária, Cartas para enviar à Sua Excelência Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Francisco André, sobre a visita de Sua Excelência Presidente da República a Moçambique, que apresenta a posição da organização ao declarar: “continuamos os esforços para mobilizar as nossas redes para que o problema não seja esquecido e para que haja ações concretas que promovam os direitos humanos, um desenvolvimento sustentado e seja garantido às vítimas da violência, paz e segurança.”.

Apesar do compromisso legal, durante o estágio foi compreendido que “a maior dificuldade na implementação da CPD a nível internacional, nacional e local é mesmo a falta de vontade política” (FEC; IMVF, 2018, p. 24). Logo, foram escritas Cartas para serem enviadas aos deputados da Assembleia da República, deputados portugueses no PE, assim como, ministérios e técnicos ministeriais, de modo a apresentar as principais conclusões e recomendações dos cinco estudos e promover a continua aplicação da CPD nas políticas nacionais e externas portuguesas. Exemplo de resultados do trabalho de *advocacy* dentro do projeto, foi a resposta do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Francisco André, que reconheceu a importância do tema a nível europeu e nacional ao afirmar que “os temas abordados pelos referidos documentos (...) correspondem a áreas essenciais na cooperação para o desenvolvimento e a reflexão promovida pelo vosso projeto constituirá, sem dúvida, um importante contributo para

---

<sup>30</sup> Cf. [https://www.fecong.org/2022/02/16/6a-cimeira-uniao-europeia-uniao-africana/?doing\\_wp\\_cron=1658755149.4265909194946289062500](https://www.fecong.org/2022/02/16/6a-cimeira-uniao-europeia-uniao-africana/?doing_wp_cron=1658755149.4265909194946289062500)

<sup>31</sup> Cf. [https://www.fecong.org/2022/03/09/manifesto-juntos-pela-ucrania/?doing\\_wp\\_cron=1657889360.5018200874328613281250](https://www.fecong.org/2022/03/09/manifesto-juntos-pela-ucrania/?doing_wp_cron=1657889360.5018200874328613281250)

<sup>32</sup> Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/portugal/ucrania-alianca-internacional-de-organizacoes-catolicas-de-justica-social-pede-cessar-fogo-imediato/> [consultado a 2022/08/30]

<sup>33</sup> Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/religiao/2022/03/10/fundacao-fe-e-cooperacao-solidaria-com-povo-ucraniano/275828/> [consultado a 2022/08/30]

todos quantos acompanham estas temáticas.”<sup>34</sup> Seguiu o mesmo espírito a resposta por parte do Gabinete da Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, compreendendo que “efetivamente a área governativa da agricultura e alimentação está fortemente empenhada na implementação de políticas públicas coerentes (...). Neste sentido, tomámos boa nota das considerações remetidas, restando-os reforçar a total disponibilidade desta área governativa para um diálogo próximo no âmbito da construção e aplicação das políticas públicas.”<sup>35</sup>

No contexto da promoção do conhecimento, partilha deste e incitação à ação individual, a estagiária usufrui da oportunidade de participar no campo internacional de jovens, “Coração à Terra”, após o apoio desta em diversos aspetos logísticos. O campo consistiu numa experiência de sete dias de partilha, aprendizagem, e inspiração mútua sobre estilos de vida sustentáveis<sup>36</sup>. Como participante foi realçado o papel das ONG locais presentes para ativar as suas comunidades e promover a ação informada de forma gradual e consistente. Durante o campo, o professor orientador do presente estágio, Luís Mah (2022), falou aos 30 jovens apresentando a “trajetória construtiva na redução da pobreza, no aumento da esperança média de vida e na aprendizagem escolar”. No entanto, realçou negativamente, a crescente iniquidade entre regiões e entre países e alertou para o impacto da guerra na Ucrânia, principalmente alarmante nos países no Leste, no Centro e no Nordeste Africano, onde os preços dos alimentos e dos combustíveis ameaçam o bem-estar de milhões de pessoas, chegando a aumentar em 300%, como é no caso da Somália.<sup>37</sup> É esta abordagem de entendimento de Desenvolvimento como uma responsabilidade humana partilhada que foi procurada promover não só durante o campo internacional, no projeto Coerência, mas em toda a ação da FEC.

---

<sup>34</sup> Reposta do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Francisco André, à carta enviada juntamente com os estudos produzidos no âmbito do projeto #CoerênciaNaPresidência – Advocacia pelo Desenvolvimento Global.

<sup>35</sup> Reposta por parte do Gabinete da Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, à carta enviada juntamente com os estudos produzidos no âmbito do projeto #CoerênciaNaPresidência – Advocacia pelo Desenvolvimento Global.

<sup>36</sup> Cf. [https://www.fecong.org/2022/06/03/do-coracao-a-terra-e-da-terra-ao-coracao-testemunhos/?doing\\_wp\\_cron=1661617848.2736699581146240234375](https://www.fecong.org/2022/06/03/do-coracao-a-terra-e-da-terra-ao-coracao-testemunhos/?doing_wp_cron=1661617848.2736699581146240234375)

<sup>37</sup> Cf. <https://www.fecong.org/2022/06/06/3-conversas-e-30-jovens-para-um-mundo-sustentavel/>

Para que este entendimento seja possível, é necessário garantir que através da educação para o desenvolvimento e cidadania global ocorra um despertar e desenvolver da consciência dos cidadãos, em particular da sua compreensão crítica das interdependências do mundo. Para mobilizar os demais atores do desenvolvimento para uma mudança de comportamentos e estilos de vida, e assim, promover um amplo e inclusivo debate global sobre a aplicação da CPD. Por este meio, o trabalho da FEC pode ser considerado particularmente determinante para a difusão do conceito, formas da sua aplicação e monitorização, e incoerências verificadas, não só nas instituições nacionais, mas também do público em geral através da produção e contribuição para estudos<sup>38</sup>, documentos e guias<sup>39</sup>. Para além disso, assume a função de capacitação das ONG em *advocacy* (Projeto CALL) para que estas próprias possam exercer pressão para uma maior CPD nos seus tópicos de ação.

Com fim o mesmo objetivo, a estagiária contribuiu para o objetivo “Produção e disseminação de materiais e ações inovadoras de sensibilização”, ficando ao seu encargo a produção da fotorreportagem<sup>40</sup>. Nesta foi dado a conhecer de forma visual e interligada as cinco temáticas abordadas no projeto, emparelhando as descobertas dos estudos produzidos com fotos que refletissem as observações apresentadas. Traduziu-se num momento de aprendizagem para a estagiária, que em constante cooperação e comunicação com o parceiro do projeto, IMVF, garantiu a adaptação de conteúdos informativos em modelos acessíveis, promovendo assim o conhecimento público do tema. Para além disto, esta tarefa potenciou a leitura bastante aprofundada dos estudos, o que resultou no aumento da aprendizagem teórica sobre as diversas incoerências verificadas. Por exemplo, as medidas climáticas europeias<sup>41</sup> são conseguidas à custa da externalização dos impactos para os países em desenvolvimento, exemplo deste problema é o impacto da exportação de lixo / resíduos sólidos para os países em desenvolvimento, como o lixo eletrônico e plásticos, onde o seu tratamento inadequado, como a sua queima ilegal, provoca a contaminação dos solos, recursos hídricos e até problemas de saúde pública. Além disso, são conhecidos os impactos ambientalmente insustentáveis de certos

---

<sup>38</sup> Estudos produzidos no âmbito do projeto mencionado.

<sup>39</sup> Guia de Ação Cidadã. Disponível em: <https://www.fecong.org/pdf/coerencia/GuiaAcaoCidada.pdf> [consultado a 2022/08/30]

<sup>40</sup> Cf. <https://view.genial.ly/622b79bd8c4c780013c4e123/interactive-content-coerencianapresidencia>

<sup>41</sup> Disponível em: <https://fecong.org/pdf/AlteracoesClimaticas%20net.pdf>

produtos considerados “amigos do ambiente”, como o alto custo ambiental das baterias dos carros elétricos (FEC; IMVF, 2020, p. 24). Neste sentido, a Europa não está a tornar-se “mais verde”, apesar de apresentar resultados positivos na redução de emissões, está apenas a exportar para fora dos limites europeus os impactos ambientais que produz e dos quais usufrui. De facto, na UE, os objetivos ambientais são os mais complexos e menos coerentes de todos os ODS, refletindo as formas divergentes e repetidamente desconectadas que é caracterizada a qualidade ambiental. No entanto, também foi verificado que os objetivos ambientais são os que apresentam menos trocas entre os objetivos políticos, o que sugere que a melhoria da coerência dentro e entre estes terá um efeito desproporcionalmente positivo e rápido em termos de progresso no sentido de atingir os objetivos (Coscieme, et al., 2021, p. 3). Algo semelhante foi analisado, no estudo Desenvolvimento e Migrações: Contradições e Tendências<sup>42</sup>, que conclui que a política de migrações da UE está longe de cumprir com as obrigações legais relacionadas com a CPD, centrada na segurança e em interesses económicos, em detrimento dos Direitos Humanos (FEC; IMVF, 2021, p. 19). No que toca ao comércio e finanças<sup>43</sup>, embora as questões tributárias sejam referidas pela UE como significativas na implementação da CPD (European Commission, 2017, p. 44), “outras políticas com impacto nos países em desenvolvimento estão ausentes da análise dessa coerência, como é o caso das políticas monetárias” (FEC; IMVF, 2021, p. 25). No mesmo seguimento, em relação ao sector da segurança<sup>44</sup>, apesar de a Estratégia Global afirmar que a UE apoia fortemente a não proliferação e controlo de armamento, a venda deste por parte dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, e nomeadamente em países em situação de crise, fragilidade e conflito, tem vindo a crescer, resultando num financiamento dos conflitos (FEC; IMVF, 2020, p. 23). Até o impacto da PAC, na segurança alimentar dos países em desenvolvimento<sup>45</sup>, tem sido pouco analisado, para além de alguns relatórios da sociedade civil e do próprio Parlamento Europeu (FEC; IMVF, 2021).

Adicionadas às atividades mencionadas, de modo a promover a *due diligence*, foi também compilado, traduzido e produzido material para disseminação pela estagiária.

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.fecong.org/wp-content/uploads/2021/10/DesenvolvimentoMigracoes-net.pdf>

<sup>43</sup> Disponível em: [https://www.fecong.org/pdf/ComercioFinancas\\_net.pdf](https://www.fecong.org/pdf/ComercioFinancas_net.pdf)

<sup>44</sup> Disponível em: [https://fecong.org/pdf/Estudo\\_CPD\\_DesenvolvimentoSeguranca.pdf](https://fecong.org/pdf/Estudo_CPD_DesenvolvimentoSeguranca.pdf)

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.fecong.org/pdf/SegurancaAlimentar.pdf>



Exemplos são: o resumo dos documentos produzidos pela CCFD, também membro da CIDSE; *proofreading* do documentário<sup>46</sup> da CIDSE; e adaptação do seu material para a partilha com o público-alvo português<sup>47</sup>. A contínua tradução de documentos produzidos por outra organização promove o conhecimento nacional sobre o tópico sem ser necessário o dobro dos recursos.

Em paralelo, é de relevo mencionar outros resultados do projeto produzidos pela organização, que não envolveram a estagiária como: a) o Inquérito “Os Portugueses e o Desenvolvimento Global”<sup>48</sup>, que compilou a perceção do público português sobre a APD; b) o Ciclo de Debates e Conferências – Advocacia para a Transformação, que incitou a partilha de conhecimento entre organizações; c) a petição do Dia Nacional do Desenvolvimento Global<sup>49</sup> que procura levar à Assembleia da República o tópico da CPD uma vez por ano; d) os Postais Digitais<sup>50</sup> que mobilizam o público à pressão política dos deputados nacionais e europeus; e) o MicroSite Agir ou Reagir que capacita o público sobre a CPD. As presentes atividades justificam mais uma vez o enquadramento nos diversos papéis e a necessidade da FEC na defesa da aplicação da CPD.

É procurado durante a sua ação o aumento da corresponsabilização do processo de desenvolvimento, com a compreensão de que a responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável, num contexto global, é de todos, (FEC; IMVF, 2020), tal como o é a monitorização desse processo. No caso da FEC, esta emparelha-se fortemente com a realização de pesquisa, ao realizar avaliações independentes e a apresentação destas junto do seu público-alvo. As palavras da gestora do projeto, Catarina António, resumem de forma concisa, não só o papel das ONGD, como a FEC, na promoção da CPD, mas mais especificamente o alcance do projeto Coerência e a importância deste para este mesmo fim, ao afirmar que:

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-s6MgBS7Pns&feature=youtu.be>

<sup>47</sup> Cf. <https://www.fecong.org/2022/02/25/diligencia-relativa-a-sustentabilidade-empresarial-ongs-catolicas-apelam-ao-reforco-da-proposta-da-comissao-europeia/>

<sup>48</sup> Disponível em: [https://www.fecong.org/wp-content/uploads/2022/04/PortugaleDesenvolvimento-Global\\_Resultados-do-Inquerito\\_final-total.pdf](https://www.fecong.org/wp-content/uploads/2022/04/PortugaleDesenvolvimento-Global_Resultados-do-Inquerito_final-total.pdf)

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.fecong.org/coerencia/peticao/>

<sup>50</sup> Disponível em: [https://www.fecong.org/coerencia/atividades/postais-digitais/?doing\\_wp\\_cron=1664300709.6373140811920166015625](https://www.fecong.org/coerencia/atividades/postais-digitais/?doing_wp_cron=1664300709.6373140811920166015625)

“O trabalho das ONGs é deveras importante para que exista uma efetiva contribuição para o reforço do conhecimento e da aplicação da CPD, ao nível dos decisores políticos, a nível nacional e europeu. Este trabalho de advocacia, feito pelas ONGs, aposta na divulgação de dados concretos sobre várias temáticas, apostando na sensibilização, mobilização e apelando à ação. Muitas vezes os decisores políticos não têm em conta o impacto que as políticas dos países desenvolvidos têm nos países em desenvolvimento. O trabalho das ONGs em CPD pretende acima de tudo garantir que todas as medidas tomadas não prejudicam outras medidas e, com elas, as populações mais pobres e vulneráveis, sobretudo dos países em desenvolvimento” (António, 2022).

## 6. Conclusão

Para concluir, tanto o objetivo ao efetuar o estágio, assim como, o aprofundamento da aprendizagem teórica foram, na opinião da estagiária bem conseguidos.

É conhecido que a experiência de trabalho é valorizada pelas organizações e o ensino superior incide mais sobre as componentes teóricas do que práticas, pelo que realizar este estágio proporcionou o contacto procurado com a realidade organizacional das ONGD e a aquisição de conhecimentos nesta. A instituição académica e futuros estudantes poderão beneficiar de uma aproximação da universidade às ONGD, principalmente num contexto de introdução da CPD nas unidades curriculares. Numa avaliação global, a estagiária desenvolveu competências que serão vantajosas na continuação do seu caminho profissional, para além da contínua construção de redes de apoio. Foram absorvidos a necessidade dos processos de prestação de contas, principalmente em contexto de monitorização e avaliação de projetos, durante e após o financiamento do trabalho das ONGD. Era procurado também conhecer a realidade diária do trabalho da ONGD, e essa realidade na FEC, tal como em tantas outras ONG, caracteriza-se pela falta de recursos humanos, o que levou ao apoio da estagiária, nas atividades mais imediatas e imperativas, e não exclusivamente nas que teriam mais fundamento no seu mestrado. Porém, mesmo com menos recursos internos, o trabalho da FEC é louvável, em que os valores e princípios bem solidificados são aplicados transversalmente em qualquer projeto e atividade desenvolvida pela organização. É relevante mencionar, que o apoio nas redes e parcerias, principalmente religiosas, é extenso e produtivo, apesar de poder reduzir a procura e colaboração com restantes OSC.

A participação nas atividades supramencionadas terá reforçado o desejo da estagiária de se focar nas questões de *advocacy*, e promover o esforço de Grupos de Pressão ou Movimentos Sociais, como agentes da sociedade civil. Robusteceu também a perceção da estagiária da necessidade de ONGD para a representação dos interesses da sociedade civil, e o papel destas como megafone da voz dos mais vulneráveis e ponte entre os cidadãos e decisores políticos.

No que refere à CPD, esta já existe há mais de 30 anos, e continua a motivar análises como esta. Realça-se que um objetivo bem definido deve ser exequível e não inalcançável, mas é claramente inevitável um certo grau de incoerência entre as diferentes políticas dada a multidimensionalidade e complexidade do processo de desenvolvimento, assim como, a natureza transformadora da Agenda 2030. Todavia, a CPD deve ser observada não como um fim em si mesmo, mas uma lente para o contínuo desenvolvimento sustentável. Ao encontrarmo-nos na última década para a realização da Agenda 2030, é necessário reforçar os esforços para aumentar o impacto positivo das políticas e a eficácia dos processos de desenvolvimento, o que é particularmente impreterível no caso das alterações climáticas. Será interessante para futuras análises a operacionalização da CPD como uma Metodologia para o Desenho e Implementação de Estratégias de Desenvolvimento, nos modos como é apresentado pelo projeto de investigação I-GAMMA do Instituto de Ecología no México. Como metodologia no desenho de políticas, de baixo para cima, esta pode ser utilizada por uma pluralidade de atores do desenvolvimento a fim de compreender as interações entre os sectores das políticas, os níveis de governo, e os atores de desenvolvimento.

Conclui-se, dada toda a informação apresentada que, seja em que formato for operacionalizada, é clara a permanência eterna da CPD no debate político internacional e a continuação do esforço das ONGD na promoção da sua aplicação.

## 7. Bibliografia

- Acheampong, A., 1997. *Coherence Between EU Fisheries Agreements and EU Development Cooperation: The Case of West Africa*, Maastricht: ECDPM.
- Ambec, S. & al, e., 2019. *Dispositions et effets potentiels de la partie commerciale de l'Accord d'Association entre l'Union européenne et le Mercosur en matière de développement durable*. [Online]  
Disponível em: [https://www.vie-publique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/276279\\_0.pdf](https://www.vie-publique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/276279_0.pdf)  
[Acedido em 15 08 2022].
- António, C., 2022. *O papel das ONG na promoção da CPD* [Testemunho] (27 09 2022).
- Carbone, M., 2008. Mission Impossible: the European Union and Policy Coherence for Development. *European Integration*, 30(3), pp. 323-342.
- Carbone, M. & Keijzer, N., 2016. The European Union and Policy Coherence for Development: Reforms, Results, Resistance. *The European Journal of Development Research*, p. 30–43.
- CEPAC, 2022. *Redes*. [Online]  
Disponível em: <https://www.cepac.pt/redes.php?cookies=accept>  
[Acedido em 15 08 2022].
- CIDSE, 2022. *Our Members*. [Online]  
Disponível em: <https://www.cidse.org/who-we-are/our-members/>  
[Acedido em 15 08 2022].
- CONCORD, 2015. *Operationalising Policy Coherence for Development: A PERSPECTIVE OF CIVIL SOCIETY ON INSTITUTIONAL SYSTEMS FOR PCD IN EU MEMBER STATES*, s.l.: CONCORD .
- CONCORD, 2018. *Recommendations on CAP and PCD: Common Agricultural Policy reform proposal 2020-2027..* [Online]

Disponível em: [https://concordeurope.org/wp-content/uploads/2018/11/CONCORD\\_Recommendations\\_CAP\\_PCSD\\_Nov2018.pdf](https://concordeurope.org/wp-content/uploads/2018/11/CONCORD_Recommendations_CAP_PCSD_Nov2018.pdf)  
[Acedido em 18 08 2022].

CONCORD, 2020. *Guide to Policy Coherence for Sustainable Development*, Bruxelas: CONCORD.

CONCORD, 2022. *Our Members*. [Online]

Disponível em: <https://concordeurope.org/about-us/who-we-are/members/>  
[Acedido em 15 08 2022].

Coscieme, L., Mortensen, L. F. & Donohue, I., 2021. Enhance environmental policy coherence to meet the Sustainable Development Goals. *Journal of Cleaner Production*.

Costa, P., 2022. *Testemunho de Paulo Costa da Coordenação Geral da Rosta Solidário sobre a sua colaboração com a FEC* [Testemunho] (26 07 2022).

Davies, R. & Pickering, J., 2017. How should development co-operation evolve? Views from developing countries. *Development Policy Review*, p. O10–O28.

Deters, S., 2022. Chapter 3. Consequences for the climate and nature. In: *The EU-Mercosur free trade agreement: a critical analysis and an alternative*. s.l.:Trade Differently.

Development Cooperation Forum, 2017. *The evolution of South South development cooperation: Its role in the implementation of the 2030 Agenda and the Paris Agreement on Climate Change*. [Online]

Disponível em:

[https://www.un.org/development/desa/financing/sites/www.un.org.development.desa.financing/files/2020-04/English\\_5.pdf](https://www.un.org/development/desa/financing/sites/www.un.org.development.desa.financing/files/2020-04/English_5.pdf)

[Acedido em 2018 09 2022].

Duraiappah, A., 1996. *Poverty and Environmental Degradation: a Literature Review and Analysis*, Amsterdam: CREED Working Paper Series No. 8.

Ecclesia, 2021. *FEC: «Não podemos ser paraquedistas que fazem o trabalho e vão embora porque o impacto que fica é zero» – Manuel Ferreira Martins (c/vídeo).*

[Online]

Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/portal/fec-nao-podemos-ser-paraquedistas-que-fazem-o-trabalho-e-vao-se-embora-porque-o-impacto-que-fica-e-zero-manuel-ferreira-martins/>

[Acedido em 06 2022].

Elba, E., 2022. *durante a Academia do Desenvolvimento* [Testemunho] (25 05 2022).

environment-rights.org, 2018. *O Acordo de Escazú*. [Online]

Disponível em: <https://environment-rights.org/pt/acordo-escazu/>

[Acedido em 30 09 2022].

European Commission, 2017. *European Consensus on Development*. [Online]

Disponível em: [https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/european-development-policy/european-consensus-development\\_en](https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/european-development-policy/european-consensus-development_en)

[Acedido em 10 08 2022].

European Commission, Directorate-General for International Cooperation and Development, Policy coherence for development, 2019. *Policy Coherence for Development: 2019 EU Report*, Luxembourg: European Commission.

FEC; IMVF, 2018. *Guia de Sobrevivência em Coerência das Políticas para o Desenvolvimento: Tudo o que precisa de saber para se desenrascar*. [Online]

Disponível em: <https://www.fecongnd.org/pdf/coerencia/GuiaSobrevivencia.pdf>

[Acedido em 10 05 2022].

FEC; IMVF, 2020. *Desenvolvimento e Alterações Climáticas: impactos e (in)sustentabilidade*. [Online]

Disponível em: <https://fecongnd.org/pdf/AlteracoesClimaticas%20net.pdf>

[Acedido em 10 05 2022].

FEC; IMVF, 2020. *Desenvolvimento e Segurança: desafios e (In)coerências*. [Online]  
Disponível em: [https://fecongd.org/pdf/Estudo\\_CPD\\_DesenvolvimentoSeguranca.pdf](https://fecongd.org/pdf/Estudo_CPD_DesenvolvimentoSeguranca.pdf)  
[Acedido em 10 05 2022].

FEC; IMVF, 2021. *Desenvolvimento e Migrações: Contradições e Tendências*. [Online]  
Disponível em: <https://www.fecongd.org/wp-content/uploads/2021/10/DesenvolvimentoMigracoes-net.pdf>  
[Acedido em 10 05 2022].

FEC; IMVF, 2021. *Desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional: Perspetivas e (des)equilíbrios*. [Online]  
Disponível em: <https://www.fecongd.org/pdf/SegurancaAlimentar.pdf>  
[Acedido em 10 05 2022].

FEC; IMVF, 2021. *Desenvolvimento, Comércio e Finanças: Desigualdades e Incongruências*. [Online]  
Disponível em: [https://www.fecongd.org/pdf/ComercioFinancas\\_net.pdf](https://www.fecongd.org/pdf/ComercioFinancas_net.pdf)  
[Acedido em 11 05 2022].

FEC, 2017. *Plano Estratégico*. [Online]  
Disponível em: [https://www.fecongd.org/pdf/planoEstrategicoFEC\\_2017\\_2021\\_PT.pdf](https://www.fecongd.org/pdf/planoEstrategicoFEC_2017_2021_PT.pdf)  
[Acedido em 08 05 2022].

FEC, 2020. *Relatório de Atividades*. [Online]  
Disponível em: <https://fecongd.org/pdf/RA2020.pdf>  
[Acedido em 10 05 2022].

FEC, 2022. *Relatórios de Atividades e de Contas*. [Online]  
Disponível em: [https://www.fecongd.org/wp-content/uploads/2022/07/CLC\\_assinada\\_FEC\\_2021\\_Auditoria.pdf](https://www.fecongd.org/wp-content/uploads/2022/07/CLC_assinada_FEC_2021_Auditoria.pdf)

FEC, s.d. *Plataforma dos Bispos Lusófonos*. [Online]  
Disponível em: [https://www.fecongd.org/sobre-nos/plataforma-dos-bispos-lusofonos/?doing\\_wp\\_cron=1659897315.8326590061187744140625](https://www.fecongd.org/sobre-nos/plataforma-dos-bispos-lusofonos/?doing_wp_cron=1659897315.8326590061187744140625)



Fernandes, S., 2022. *Testemunho da Sandra Fernandes do departamento Cidadania Global & Desenvolvimento da Fundação Gonçalo da Silveira sobre a colaboração com a FEC* [Testemunho] (08 09 2022).

Ferreira, P. M., 2018. A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento: Um instrumento em prol do desenvolvimento?. *Cadernos de Estudos Africanos*, pp. 31-63.

Fonseca, A. P., 2022. *O papel das ONG na promoção da CPD* [Testemunho] (27 09 2022).

Fundação Gonçalo da Silveira, 2022. *Dentro e fora da caixa: ONG e Escolas juntas na Educação para a Cidadania – caminhos e inspirações..* [Online]  
Disponível em: <https://fgs.org.pt/wp-content/uploads/2022/09/DentroForaCaixa-net-2.pdf>  
[Acedido em 30 08 2022].

Gregório, A., 2022. *durante a Academia do Desenvolvimento*. Lisboa: s.n.

Haas, P. M., 2015. *Epistemic communities, constructivism, and international environmental politics*. s.l.:Routledge.

Hege, E. & Demailly, D., 2017. *How do NGOs mobilize around the SDGs and what are the ways forward?: A French-German comparison*, s.l.: Institute for Sustainable Development and International Relations.

K.Duraiappah, A., 1998. Poverty and environmental degradation: A review and analysis of the nexus. *World Development*, pp. 2169-2179.

K.Duraiappah, A., 1998. Poverty and environmental degradation: A review and analysis of the nexus. *World Development*, Volume 26(Issue 12), pp. 2169-2179.

Mah, L., 2022. Ourém: s.n.

Maria do Carmo, e. r. d. J., 2022. *Reunião FORCIM sobre a situação portuguesa no acolhimento de refugiados ucranianos*. Lisboa : s.n.

Nações Unidas, 2015. *Objetivo 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos*. [Online]

Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivo-17-parcerias-para-a-implementacao-dos-objetivos/>

OCDE, 2018. *Policy Coherence for Sustainable Development*, s.l.: OCDE.

OECD, 2004. *A Comparative Analysis of Institutional Mechanisms to Promote Policy Coherence for Development*, s.l.: OECD Policy Workshop.

Plataforma Portuguesa das ONGD, 2022. *Lista de ONGD Associadas*. [Online]

Disponível em: <https://www.plataformaongd.pt/quem-somos/ongd-associadas/lista-de-ongd-associadas?page=2>

[Acedido em 15 08 2022].

Salgado, T., 2022. *Presidente da Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães (ADDHG) sobre a sua colaboração com a FEC* [Testemunho] (13 06 2022).

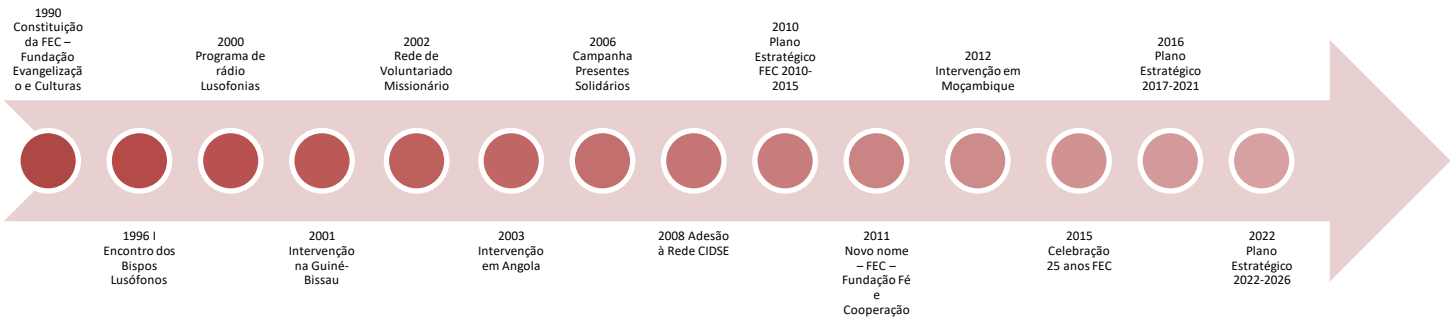
Silva, M., 2022. *Testemunho da Mónica Silva da Unidade de Cidadania Global do IMVF sobre a colaboração com a FEC* [Testemunho] (25 07 2022).

Zeigermann, U., 2020. Policy Coherence for Sustainable Development as a Question of Transnational Policy Entrepreneurship. In: *Transnational Policy Entrepreneurs Bureaucratic Influence and Knowledge Circulation in Global Cooperation*. Magdeburg: Palgrave Macmillan.

Zeigermann, U. & Böcher, M., 2019. Challenges for bridging the gap between knowledge and governance in sustainability policy – The case of OECD ‘Focal Points’ for Policy Coherence for Development. *Forest Policy and Economics*.

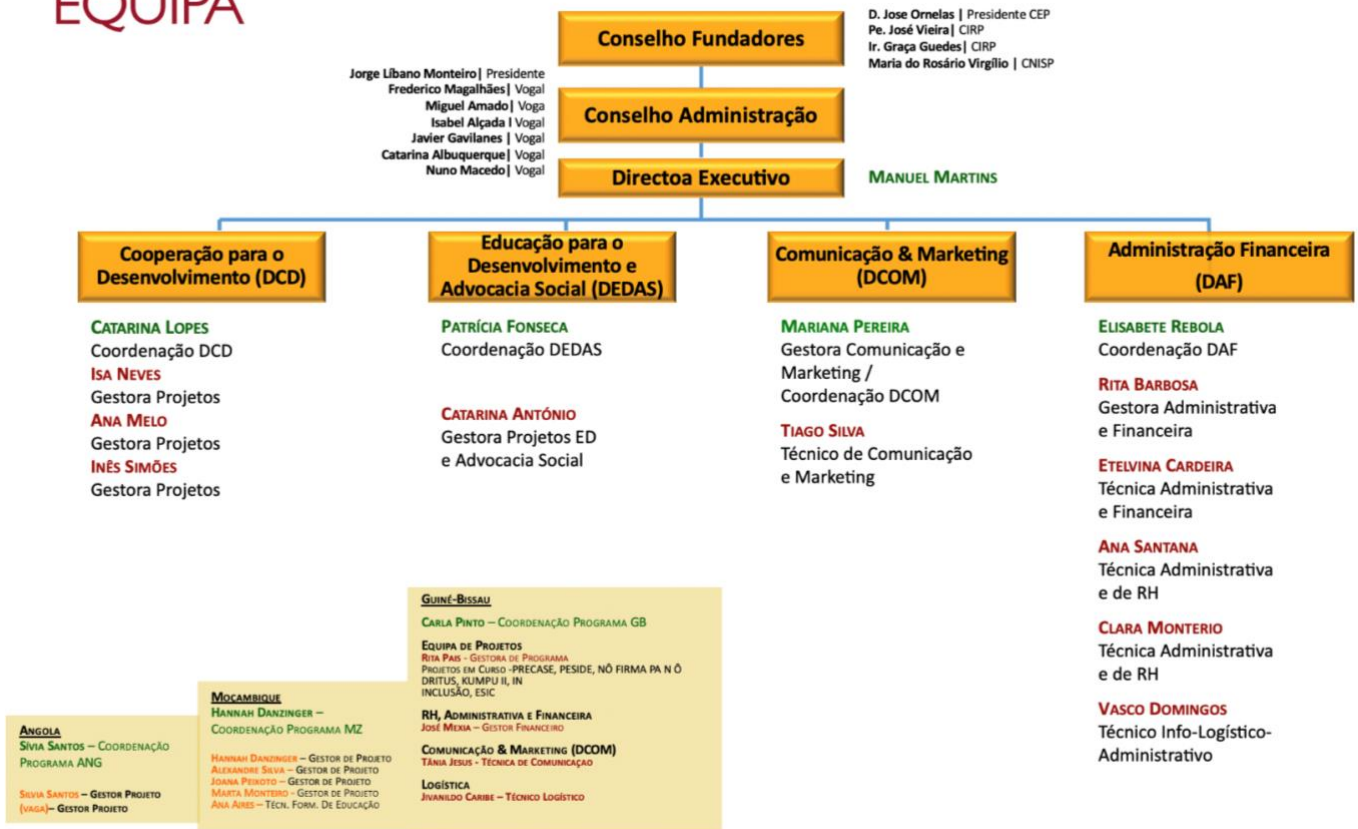
## 8. Anexos

ANEXO I - *Timeline da FEC* (Fonte: Plano Estratégico de 2017. Disponível em: [https://www.fecong.org/pdf/planoEstrategicoFEC\\_2017\\_2021\\_PT.pdf](https://www.fecong.org/pdf/planoEstrategicoFEC_2017_2021_PT.pdf) [consultado em 2022/09/20] )



ANEXO II - *Organograma da equipa da FEC* (Fonte: documentos internos da Organização)

## EQUIPA

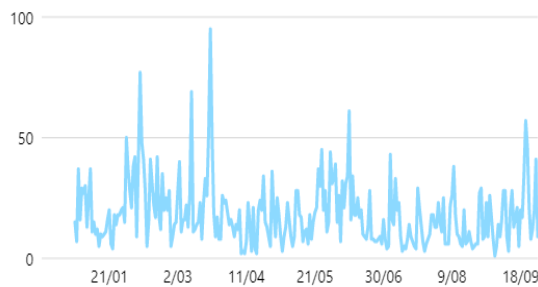


ANEXO III – Comparação entre Facebook e Instagram das interações nas publicações durante o período de 01/01/2022 e 28/09/2022 (Fonte: Meta Bussiness Suite da FEC, 2022)

Visitas à Página e ao perfil

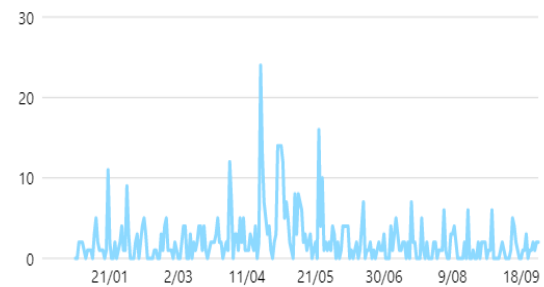
Visitas à Página do Facebook ⓘ

5016 ↓ 20.4%



Visitas ao perfil do Instagram ⓘ

607 ↓ 36.3%



ANEXO IV – Folheto da exposição “From Empowerment to Advocacy for Social Change” no dia 23 de maio de 2022 (Fonte: Própria)

Joelanda Liofstenstein Norway Active citizens fund

from empowerment to advocacy for social change

EXPOSIÇÃO DE REALIDADE AUMENTADA

Dê vida a estas imagens

1 Descarregue gratuitamente a aplicação Zappar

2 Abra o Zappar e digitalize cada fotografia.

from empowerment to advocacy for social change

A exposição **From Empowerment to Advocacy for Social Change** retrata a história de seis organizações da sociedade que, num processo de aprendizagem e aperfeiçoamento constante, procuram na comunicação um meio para melhor cumprir a sua missão.

Acreditando que a mudança social se constrói em diálogo com os desafios da contemporaneidade, as organizações que dão corpo à exposição apresentam uma sociedade civil dinâmica e mobilizadora, que, num processo sempre inacabado, procura novas soluções para os problemas que juntos enfrentamos, numa busca permanente pela justiça e pela dignidade humana.

**CONTACTOS**  
FEC – Fundação Fé e Cooperação  
Quinta do Bom Pastor | Estrada da Buraca, 8 a 12  
1549-025 Lisboa  
Tel. 21 885 54 78

**VISITE-NOS EM**  
www.fecong.org  
facebook.com/fecong  
@instagram.com/fecong/ linkedin.com/company/fecong

A exposição “From Empowerment to Advocacy for Social Change” é uma iniciativa do projeto CALL – Communication and Advocacy Learning Lab, promovido pela FEC, em parceria com a Escola Superior de Comunicação Social e com a organização não-governativa Nonverba Mediatorum, cofinanciada pelo Programa Cidadãos Ativos, sendo em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Bisaya Barreto.

PROJETO FINANCIADO POR: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, FUNDAÇÃO BISAYA BARRETO

PROJETO IMPLEMENTADO POR: FEC, NONVERBA MEDIATORUM, ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANEXO V – Foto do momento de utilização da tecnologia Zappar na Exposição “From Empowerment to Advocacy for Social Change” (Fonte: Facebook FEC, Disponível em: <https://www.facebook.com/fecong/photos/a.424355924246873/5814388148576930/> )



ANEXO VI – Poster da Masterclass Covid-19 e Direitos Humanos a 22 de junho de 2022 (Fonte: Facebook FEC, Disponível em: <https://www.facebook.com/fecong/photos/a.424355924246873/5874818415867236/>)





ANEXO VII – Imagem da contribuição durante o Focus Group com OSC para discutir o impacto do Covid-19 a 22 de junho de 2022 (Fonte: FEC)

De que forma podemos adaptar/ reformular/ melhorar o nosso trabalho em resposta aos impactos das medidas de COVID 19 em prol dos DH, em particular no contexto pós-pandémico?

- Realçar as histórias dos mais impactados ainda durante o período pandémico, e lá está, fazer de números, caras.
- Recordar o que foi "perdido" devido à pandemia, muito do qual deve agora ser recuperado. Aproveitar também para refletir e questionar o que podemos "fazer de novo", já que a pandemia obrigou a tantas mudanças.
- Dar voz às famílias de várias comunidades - Ex: escolar
- Melhorar a comunicação sobre os impactos das restrições da pandemia nos Direitos Humanos.
- ter um trabalho continuado junto dos mais vulneráveis . Dar cara aos números
- Dar a conhecer "estórias" de superação, mostrando ao mesmo tempo o trabalho feito, e os "sucessos" conseguidos.
- Investir na educação para os DH seja nas nossas organizações como na sociedade civil em geral
- Influenciar políticas públicas para que possam dar resposta aos impactos nos DH
- Clarificar a comunicação sobre os impactos continuados da COVID

Cofinanciado por: Implementado por:

ANEXO VIII – Certificado da estagiária como parte integrante da equipa dinamizadora da Sessão de Sensibilização nos dias 11 e 12 de abril de 2022 (Fonte: Própria)

**Certificado de Facilitação**

Certifica-se que Susana Rodrigues integrou a equipa dinamizadora da Sessão de Sensibilização "A importância d@s Assistentes Operacionais na Comunidade Educativa – Saber gerir emoções", promovida no âmbito do projeto Pelotão 2030, realizada nos dias 11 e 12 de abril de 2022, com a duração total de 6 horas, no Agrupamento de Escolas da Damaia.

Lisboa, 12 de Abril de 2022

Catarina António  
(Catarina António – Gestora do Projeto)

Alexandra Santos  
(Alexandra Santos – SPoC AED) DAMAIA

Plano de ação implementado por: Acompanhamento:

